

Conselho Pastoral da Diocese do Algarve
Assembleia Plenária do Conselho Pastoral da Diocese do Algarve

MEMORANDO
Sessão de 06 de Dezembro de 2025

No passado dia 06 de Dezembro de 2025, sob a presidência do Senhor Bispo do Algarve, D. Manuel Neto Quintas, teve lugar, em Loulé, a Assembleia Plenária do Conselho Pastoral da Diocese do Algarve. Tendo-se iniciado os trabalhos desta Assembleia Plenária com um tempo de Oração e as palavras de abertura do Bispo Diocesano, a mesma debruçou-se acerca da aplicação, na Diocese do Algarve, da Parte II (Conversão das Relações) e da Parte III (Conversão dos Processos) do Documento Final do Sínodo dos Bispos, dedicado ao tema da Sinodalidade, seguindo nos seus dois momentos de trabalho em grupo o Método da Conversação no Espírito.

Deste modo, acerca do primeiro tema de reflexão, os vários grupos de trabalho, em apresentação plenária, partilharam as seguintes conclusões:

Grupo 1:

1. Há um impacto positivo vivido ao longo do ano pastoral, considerando relevante o movimento jubilar promovido na Diocese, por ter contribuído para o reforço do sentido de partilha e pertença diocesana. Foi também salientada a importância de promover este tipo de encontros ao nível paroquial;
2. Há necessidade de renovação das comunidades, evitando que as mesmas responsabilidades sejam sempre assumidas pelas mesmas pessoas, recordando que “somos servidores e não senhores”;
3. Os encontros e ações de cariz diocesano têm contribuído para um maior conhecimento da realidade diocesana e fortalecimento do sentido de pertença.

Grupo 2:

1. Existe ainda um longo caminho a percorrer no âmbito da conversão das relações, considerando essencial dedicar mais tempo ao próximo;
2. É necessário dar importância à formação das Equipas de Acolhimento e à promoção de momentos de encontro comunitário, nomeadamente através da realização de iniciativas como um “Dia Paroquial” ou “Open Day”, capaz de integrar pessoas mais afastadas da vida da Igreja e proporcionar-lhes uma experiência de acolhimento.

Grupo 3:

1. Salienta-se a existência de diferentes sensibilidades no seio da comunidade e reconhece-se que, apesar do diagnóstico já se encontrar identificado, é importante dar início a um caminho concreto de transformação;
2. A promoção de encontros de convívio fora do âmbito celebrativo e sacramental poderá favorecer a aproximação das pessoas que se encontram nas periferias, integrando-as mais plenamente na comunidade paroquial;
3. Ao nível diocesano, foi reconhecido que a celebração dos Jubileus diocesanos e as peregrinações paroquiais à Sé contribuíram positivamente para este processo, embora nem todas as regiões pastorais tenham demonstrado o mesmo grau de envolvimento.

Grupo 4:

1. É fundamental o encontro e a articulação entre os diversos setores da Igreja, como condição necessária para concretizar aquilo que já se encontra previsto pastoralmente;
2. Ao nível paroquial, continua a verificar-se pouca partilha entre os diversos setores, funcionando estes frequentemente de forma isolada;
3. A principal preocupação das comunidades continua muito centrada na dimensão celebrativa, em detrimento das relações humanas e comunitárias;
4. Quanto às regiões pastorais, subsiste ainda um caminho significativo a percorrer, dado que grande parte do trabalho realizado permanece centrado exclusivamente na realidade paroquial.

Grupo 5:

1. É importante uma comunicação eficaz entre as pessoas, sendo necessário fazer esta chegar a todos, quer ao nível paroquial quer ao nível diocesano;
2. Para a implementação da conversão das relações, sugere-se iniciativas como Retiros Abertos, o Dia Diocesano e Peregrinações;
3. Quanto às regiões pastorais, existem muitas propostas que continuam por concretizar, considerando-se que o investimento na Pastoral do Acolhimento, na escuta e na proximidade às pessoas que se encontram nas periferias poderá favorecer a concretização deste caminho.

Teve lugar um segundo período de trabalho dedicado ao tema da Conversão dos Processos, após o qual se deu o Plenário onde foram expostas as seguintes sínteses das reflexões:

Grupo 1:

1. A conversão dos processos apenas será possível mediante uma efetiva aplicação da sinodalidade ao nível paroquial e através da concretização efetiva dos Conselhos Pastorais;
2. Se, possível, deveria surgir um decreto diocesano que tornasse obrigatória a constituição de Conselhos Pastorais em todas as paróquias, bem como a criação de uma Equipa Diocesana de Acompanhamento para ajudar a implementar e fazer funcionar dos referidos Conselhos;
3. A sinodalidade exige organização, participação e abertura à escuta de todos, mesmo quando existem opiniões divergentes. Este caminho implica acolhimento, diálogo e capacidade de caminhar em conjunto.

Grupo 2:

1. A valorização das zonas pastorais (centros evangelizadores e regiões pastorais) permite encurtar distâncias e potenciar a partilha de práticas entre paróquias;
2. É fundamental dar importância ao debate de ideias, à partilha de ações pastorais e à promoção de uma comunidade “extra” paroquial mais participativa;
3. É fundamental a existência de Conselhos Económicos, devendo mesmo existir uma orientação superior que reforçasse essa obrigatoriedade;
4. É importante haver efetivamente transparência económica ao nível paroquial e diocesano, defendendo-se a apresentação regular de informação relativa às receitas e despesas associadas à vida pastoral e sacramental, quer da Diocese quer das paróquias.

Grupo 3:

1. A concretização da conversão dos processos deve partir da realidade paroquial, alcançando posteriormente toda a Diocese;
2. É fundamental a efetiva implementação dos Conselhos Pastorais e a transparência das contas paroquiais, sugerindo igualmente a obrigatoriedade de reuniões regulares dos Conselhos Económicos;
3. A falta de corresponsabilidade e compromisso enfraquece o sentido comunitário, tornando necessária uma maior capacidade de identificação e análise dos erros nos órgãos existentes, bem como uma aposta mais consistente na formação dos agentes pastorais;
4. Deve determinar-se a existência de limites temporais para o exercício de determinados serviços, evitando situações de acumulação e sobreposição de funções.

Grupo 4:

1. A conversão dos processos exige maior formação dos leigos e mais oportunidades para a criação de equipas de apoio e colaboração pastoral;
2. Deve-se valorizar mais o trabalho em equipa em detrimento de práticas excessivamente individualizadas, considerando-se benéfica a participação de leigos em reuniões do Clero, favorecendo um maior conhecimento mútuo, bem como espaços mais amplos de escuta e diálogo.

Grupo 5:

1. A conversão das relações exige necessariamente uma conversão dos processos, sendo essencial melhorar a organização e a concretização dos objetivos pastorais;
2. Há necessidade de uma mudança de mentalidades, promovendo uma maior participação e corresponsabilidade de todos os membros da comunidade e evitando uma excessiva centralização das decisões na figura do sacerdote;
3. O Conselho Pastoral Paroquial não deve limitar-se à preparação dos tempos fortes da Igreja, mas reunir regularmente para refletir sobre os desafios emergentes da vida paroquial e colaborar na gestão pastoral da comunidade;
4. Deve implementar-se de modo efetivo e real os Conselhos Pastorais e Económicos nas paróquias como forma de corresponsabilização e participação comunitária;
5. É urgente a definição de metas quantificáveis para a Diocese, regiões pastorais e paróquias, permitindo uma avaliação mais objetiva dos objetivos pastorais estabelecidos;
6. As principais dificuldades para a concretização desta conversão dos processos prende-se com a falta de tempo e o reduzido compromisso de alguns membros das comunidades.

Concluída a apresentação das reflexões dos grupos, o Senhor Bispo reforçou a importância deste tipo de encontros para a partilha e discernimento pastoral, reconhecendo que uma das maiores dificuldades na implementação das propostas apresentadas reside na resistência à mudança, a qual pode revelar falta de abertura à ação do Espírito Santo. Referiu ainda que a verdadeira abertura ao Espírito Santo implica disponibilidade interior para a transformação pessoal e comunitária. Sublinhou igualmente que a dificuldade em acolher a novidade constitui um obstáculo ao dinamismo e renovação eclesial.